

PATERNALISMO E RACISMO: HISTÓRIA DOS TRABALHADORES DA VILA OPERÁRIA DA FRIRONDON (1963-1979)

Antonio de Pádua Bosi¹

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir a formação de uma vila operária no Paraná, nos anos 70, a partir de dois componentes fundamentais na experiência dos trabalhadores: o paternalismo e o racismo. A vila foi criada pelo frigorífico Frirondon, em 1963, como um recurso inicialmente paternalista utilizado para recrutar trabalhadores. Argumento que esta relação perdeu força à medida que os trabalhadores se entrosaram e desenvolveram práticas de lazer relativamente autônomas da direção do frigorífico. Argumento também que o racismo predominante na cidade de Marechal Cândido Rondon nos anos 60 e 70 segregou os trabalhadores do frigorífico, tornando-os ainda mais vinculados à vila. Neste ponto, tento identificar como os moradores da vila sentiram o racismo e reagiram a ele.

Palavras-chave: Vila Operária; racismo; paternalismo; trabalho em frigorífico.

PATERNALISM AND RACISM: HISTORY ABOUT WORKERS OF THE COMPANY TOWNS OF FRIRONDON (SLAUGHTERHOUSE) (1963-1979)

Abstract: This article discusses the formation of a workmen village in Paraná State, in the 70s, addressing two fundamental components in the workers' experience: paternalism and racism. The workmen village have been created by the slaughterhouse Frirondon, since 1963, initially as a paternalistic resource used to recruit workers. I argue that this relationship weakened because the workers developed relatively autonomous and leisure practices face to slaughterhouse boss. I also argue that the prevailing racism in the Rondon city in the 60's and 70 segregated the slaughterhouse workers, making them even more linked to the village. At this point, try to identify how the workmen felt racism and reacted to it.

Keywords: Workmen village; racism; paternalism; working in slaughterhouse.

1. O Problema

O objetivo deste artigo é discutir a formação da vila operária do Frigorífico Rondon nos anos 60 e 70 do século passado, tomando como chaves analíticas o paternalismo e o

* Este artigo apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa “*Trabalho, Trabalhadores e Acumulação de Capital na Agroindústria no Oeste do Paraná (1960-2010)*”, desenvolvido desde 2014 com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio de Bolsa Produtividade em Pesquisa.

¹ Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: antonio_bosi@hotmail.com.

racismo. A vila operária começou com quatro casas, em 1963, e se expandiu nos anos 70 até atingir cinquenta e quatro casas, abrigando aproximadamente duas centenas de pessoas. Por sua vez, o frigorífico, localizado na cidade de Marechal Cândido Rondon-PR, de acordo com os registros encontrados, data de 1963, sob a gestão da Frirondon. Nos anos seguintes ele foi vendido para a Frimesa/Ruaro (1969-1979), Swift-Armour (1979-1989) e Ceval (1989-1996), quando encerrou suas atividades.

O material pesquisado constituiu-se de entrevistas, fotos produzidas pelos trabalhadores acerca de sua rotina na vila e notas jornalísticas da Frente Ampla de Notícias (FAN). O método de leitura dessas fontes orientou-se para buscar o significado da vila na vida dos moradores durante o período de 1963 a 1979. De modo mais detalhado interessou discutir as condições de vida que conformaram uma memória operária sobre a Vila.

Por sua vez, a tentativa de desembaraçar essa história de 40 anos atrás se apoia numa hipótese que trata a vila como um objeto de disputa entre os proprietários do frigorífico e as famílias dos operários residentes: para os primeiros a vila e suas casas foram objeto de lucro e de dominação, enquanto para os segundos as casas representavam um lugar de morar, espaço de proteção, de afetividade e de memória.

Este conflito historicamente enraizado na experiência dos moradores da vila operária pode ser compreendido e explicado em termos teóricos a partir da noção de paternalismo, desde que saibamos as imperfeições e limitações deste conceito. Sua principal desvantagem é ser amplo demais, o que lhe faz acolher distintos eventos históricos. Mas ele se torna útil se vencermos esta falta de especificidade, conferindo-lhe historicidade suficiente para que possa ajudar na descrição e análise de relações de trabalho carregadas de pessoalidade. Desse modo, e talvez só desse modo, o paternalismo deixe de ser, por um momento, como pensou Edward Thompson, “um termo descritivo frouxo” (THOMPSON, 1998: 32), e seja encarado como uma noção ambivalente, que caracteriza relações que podem ser de compromisso, conflito e de disputa entre trabalhador e patrão dentro de uma relação social em que predomina a autoridade pessoal deste último. Assim compreendida, a relação pessoal articulada pelo paternalismo é desigual, mas pode ser manejada tanto pelo trabalhador quanto pelo patrão. Em termos sociológicos o oposto disso seria a relação mediada pela burocracia, pela impessoalidade.

O racismo, a outra chave analítica, tem bem menos oposição ao seu significado. Ligado à singularidade histórica da vila operária da Frirondon, o racismo caracteriza relações de discriminação, exclusão e ressentimento, três de seus componentes principais. Geralmente a diferença fundamental é estabelecida em torno da etnia (confundida com nacionalidade), e se desdobra para a língua falada, para práticas e costumes culturais, e também para a cor da pele, embora a discriminação possa nivelar tanto negros quanto brancos situados no pólo marginalizado. A força do racismo praticado nos anos 70, na cidade de Marechal Cândido Rondon se destaca como elemento para reflexão à medida que provocou um quase confinamento dos moradores da vila. E como tentarei argumentar, a ferocidade da discriminação foi tão intensa que o tempo não apagou da memória os ressentimentos dos trabalhadores.

Por fim, nossa hipótese reúne o paternalismo e o racismo vividos pelos trabalhadores da Frirondon, nos anos 70, como eventos significativos na constituição da vila operária e da primeira experiência de industrialização em Marechal Cândido Rondon. Pretendo discutir como os trabalhadores lidaram com esse arranjo histórico (ou a partir dele), particularmente no período de 1963 a 1979. Espero também que esses pontos consigam atenção suficiente para motivar outras pesquisas e abordagens.

2. O Frigorífico

O frigorífico Rondon foi obra da fase inicial de mudanças nas relações capitalistas de produção no Oeste do Paraná dos anos 60 do século passado. Grande parte da região havia sido reocupada num processo que expropriou indígenas e caboclos. A natureza bruta, de mata fechada e inóspita, foi rápida e violentamente domesticada para adaptar-se a criação de porcos e a produção de milho e trigo (mais tarde soja) visando o mercado.

Na perspectiva do capital tratava-se de beneficiar a matéria-prima e agregar-lhe valor. O porco, ou melhor, o trabalho de pequenos criadores de porcos, tornou-se alvo de ação de um grupo local que passou a reunir capital para a construção de um frigorífico. Até então, o excedente da produção, cerca de 80% dos porcos, era negociado com um frigorífico de Ponta Grossa, distante 400 Km de Marechal Cândido Rondon, e São Paulo, distante 1.000 Km. Ainda nos anos 60 os porcos começaram a ser vendidos e transportados

para o frigorífico da SADIA, sediado em Toledo, cidade vizinha. A paisagem urbana de Marechal naquela década era bastante característica. Por tudo isso, apesar de ser um núcleo modesto de habitantes, existiam muitos corretores de porcos que os compravam e os revendiam para São Paulo e Ponta Grossa. Eis o contexto econômico que recepcionou o Frirondon e sua Vila Operária, sem muitos segredos.

Na literatura acadêmica, as Vilas Operárias no Brasil contam com quantidade razoável de registros históricos (BLAY, 1985). Este interesse sugere que as vilas operárias são um evento significativo na vida dos trabalhadores. Do mesmo modo, sugere que grandes empresas industriais, principalmente em contextos de difícil mobilização de força de trabalho, as têm como uma componente central na estratégia de recrutar e de manter trabalhadores por longas datas.

Pode-se dizer que essa é uma percepção generalizada, embora existam outras abordagens relevantes que conferem maior peso à constituição e tipificação de vilas operárias do que propriamente aos trabalhadores. Esses estudos priorizam os planos arquitetônicos que organizaram as vilas operárias no Brasil e sublinham aspectos no campo do urbanismo. Muitas vezes os examinam relativamente aos domínios de engenheiros e arquitetos. Escrutinam as vilas operárias como núcleo fabril, cidade-empresa, cidade-companhia, bairro proletário etc., conformando outro eixo de preocupações. Discutem e problematizam a intervenção do Estado nas moradias ditas populares e, dentro delas, a habitação operária ligada à fábrica. Ressalto que esses estudos podem ajudar a pensar as vilas operárias, mas são pouco eficientes para lidar com a presença dos trabalhadores nesses processos (CORREIA, 2014; BONDUKI, 1994; CARVALHO, 2011; BENCLOWICZ, 1989; CORREIA, 2001).

A ideia inicial de construção da vila foi pensada como solução contra os sistemáticos atrasos dos trabalhadores, principalmente em dias chuvosos, quando transitar até o frigorífico se tornava quase impossível devido ao barro e a lama que se formavam no caminho. Na principal rota que cortava a cidade, a Avenida Rio Grande do Sul, havia uma grande depressão, de aproximadamente 5 a 6 metros, por onde corria um pequeno riacho em seu vértice. Atravessá-lo a pé, a cavalo, a carroça ou de carro era um desafio arriscado e ingrato. E não havia ponte, pinguela ou qualquer ponto sólido de passagem.

Este fato foi ressaltado por entrevistados que trabalharam àquela época. Eles asseguraram haver tanta dificuldade naquele deslocamento que um dos donos providenciara pessoalmente o transporte dos trabalhadores numa Kombi. Não raro, a perua atolava e requeria que os passageiros apeassem para resgatá-la em meio ao barro. Esta imagem, aliás, poderia ser considerada emblemática das condições do capitalismo na região.

Não houvesse tanta água a retardar o passo dos trabalhadores, assim mesmo a Kombi se faria necessária para recrutá-los em tempo para o começo do trabalho. Isto porque as distâncias entre o frigorífico e os bairros mais modestos da cidade, ou ainda, das moradias na zona rural, justificavam o transporte coletivo improvisado pelo dono do Frigorífico. É certo ainda que a escassa população do núcleo urbano, algo inferior a 4.000 almas bem contadas e bastante ligadas ao campo, não se apresentava inteira e pronta para o tipo de trabalho no frigorífico desde 1963. Nos anos 60 o Frirondon não foi mais do que um grande açougue. As máquinas que lhe deram status de frigorífico não chegaram antes de 1969.

É preciso dizer, as dificuldades locais para concretizarem o empreendimento prometido, e algum desgoverno na administração e na chamada de capital, postergaram o funcionamento do frigorífico para o final da década, precisamente o ano de 1969. Aquela perua Kombi se encaixava como uma engrenagem importante do frigorífico, ao lado do maquinário comprado em São Paulo e instalado em 1968. Mas esta não era a visão da imprensa da época, nem da memória dominante. De qualquer modo, para finalizar esta primeira aproximação do contexto que marcaria o surgimento da Vila, descobre-se nas entrevistas e nas notícias da imprensa local, a exemplo da Frente Ampla de Notícias, que a aparente coragem para fincar ali um frigorífico foi inflada também pelo Estado, por meio da extinta CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento do Paraná) que financiou boa parte do empreendimento.

Se logo no início a raridade de braços assombrou a existência do frigorífico, não foi por falta de propaganda. A intenção de criar o frigorífico, revelada em 1963, contou com entusiasmada cobertura da imprensa local que disseminou a notícia nos anos seguintes pelas ondas do rádio. De tempos em tempos ia-se atualizando os ouvintes sobre os progressos dos sócios na empresa. A abertura do escritório ao lado da rodoviária, as tentativas fracassadas de reunir capital, a escolha do terreno, a compra das máquinas e a

repetição sistemática de um repertório de elogios compuseram as inserções da Frente Ampla de Notícias que legitimaram de antemão a virtuosidade do frigorífico para o município.

Paralelo a isso, em 1964, Toledo recebeu uma planta produtiva da SADIA. Seu proprietário, Atílio Fontana, comprou o frigorífico Pioneiro e botou tudo abaixo, instalando lá a linha de produção mais avançada do país. Interessava-lhe, principalmente, as criações de porcos existentes em grande número na região. Naquela época Marechal Cândido Rondon e Toledo se equiparavam em quesitos como população, arrecadação e produção agrícola. Bem próximo da inauguração do frigorífico, o município registrou aproximadamente 450 mil e 490 mil porcos em 1968 e 1969 respectivamente, o que rendeu à cidade o título de maior produtor do Paraná. Mas, a despeito daquele robusto plantel, o recém inaugurado frigorífico enfrentou dificuldades para assegurar o fornecimento de suínos. Isto porque grande parte da vara de porcos rondonense era comprada pela SADIA de Toledo e pelo frigorífico da multinacional Wilson, instalado em Ponta Grossa. Esta concorrência foi acirrada com a diminuição crescente dos porcos criados no município. Ao longo dos anos 70, o número de porcos encolheu a medida que o cultivo da soja tornou-se mais atrativo, ao ponto de contar-se pouco mais de que 180 mil porcos em 1976, menos da metade dos porcos havidos em 1968.

O que aconteceu em Toledo ajudou a atizar a preocupação com a mudança de marcha da economia regional. Marechal havia chegado aos anos 60 como típica fornecedora de matéria-prima. Alguns dos primeiros proprietários do frigorífico eram corretores de porcos. Tratavam de reuni-los e vendê-los aos matadouros de São Paulo e Paraná. Naquele contexto, a decisão de criar um frigorífico foi um ato reativo de experimentação. Os cálculos iniciais foram bastante imperfeitos e falhos se considerarmos que a “marcha modernizante” de Marechal demorou sete anos, de 1963 a 1969 (conforme divulgava a FAN). Além disso, sabiam criar porcos, mas não dominavam o seu processamento industrial, fato que os obrigou logo no início a buscar braços especializados de fora da região.

A empiria que caracterizou este esforço estendeu-se para a formação do grupo que movimentaria a linha de produção. Carecia de trabalhadores com experiência e traquejo, e isso não havia na região. Além do frigorífico Pioneiro, de Toledo, comprado pela SADIA,

havia o frigorífico de Medianeira, de onde saíram trabalhadores para o frigorífico de Marechal. Nesse contexto, precisaram recrutar trabalhadores de longas distâncias. A vila serviria como atração para as famílias que se dispusessem a migrar. O trabalho de esquartejar o porco não era difícil, mas a produção de embutidos requeria saber específico e destreza. O que se pensou à época foi que um pequeno núcleo de trabalhadores seria suficiente para ensinar o trabalho aos demais. E por esta e outras razões menos relevantes a vila foi edificada inicialmente com seis casas. A partir daquele momento se colocou a contradição entre lucrar e morar, entre o significado da vila para patrões e empregados.

3. A Vila Operária: o paternalismo

A Frente Ampla de Notícias divulgou a inauguração do frigorífico na pauta de 6 de janeiro de 1969. Mas foi uma celebração alegórica. O apito da fábrica soou no último dia do ano anterior, anunciando a derradeira instalação das máquinas. No final da matéria, o ímpeto dos anos anteriores pareceu pálido e desconfiado. Não era para menos. Passaram-se sete anos de esquálidas promessas sistematicamente renovadas. Nem a Rádio Difusora, sediada no município, conseguiu afinar-se com os desacertos (pouco conhecidos) que retardaram por tanto tempo a instalação do maquinário do frigorífico. A rádio concluiu a matéria preferindo condicionar o sucesso da empresa, diferentemente de lhe assegurar isso conforme fizera nos anos anteriores: “O ecoar deste apito de uma indústria para nosso município foi mais um grito de alerta saudando a todos, por certo de felicitações ao ano de 1969, que pode marcar o ano de um avanço a esta importante indústria” (FAN, v.5, ed.602, 6/1/1969. Grifo nosso).

Nem o pequeno núcleo de seis casas, nem os trabalhadores reunidos para o funcionamento do frigorífico, apareceram nas páginas da FAN. Entrevistei um antigo guarda-livros do frigorífico. Ele trabalhou lá no período de 1963 à 1969 e contou, com pouco interesse, a função da vila. Ele argumentou que a mão-de-obra mostrou-se um gargalo desde o início. Trabalhadores especializados eram raridade, embora não estivessem inteiramente fora do alcance. Ele disse também que aquela conjuntura motivou a construção da vila. As primeiras seis casas foram pensadas como um componente para

ajudar no recrutamento e na fixação do trabalhador. A força de trabalho restante seria extraída do excedente do município.

O salto para 54 casas nos anos 70 foi uma solução de continuidade que o guarda-livros confirmou, embora tenha saído da empresa por volta de 1970, um ano antes de ser vendida para o grupo Frimesa/Ruaro, que tinha atuação bastante enraizada na região. Foi durante a gestão deste grupo que se tomou a decisão de ampliar o número de casas pertencentes ao frigorífico.

Nas quatro casas de alvenaria residiriam trabalhadores com cargos de gerência. Os demais trabalhadores concorreriam para ocupar as cinquenta casas restantes, que eram de madeira. Tais construções raramente excediam 50 metros quadrados distribuídos entre dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Houve casos em que duas famílias dividiam a mesma casa. Os moradores não pagavam pelo aluguel, energia elétrica e água consumidas (abaixo informa que também não pagavam aluguel). Distante 1 km do frigorífico, a vila parecia ser uma extensão daquela empresa, um desdobramento das funções produtivas. Reforçava esta impressão o fato de a vila ficar dentro do terreno do frigorífico.

Mas tal funcionalidade se desorganizava quando pequenos arranjos da economia doméstica dos trabalhadores surgiam naquele retrato. Viam-se pequenas plantações de mandioca, milho, feijão e algumas pocilgas improvisadas contendo dois ou três leitões. Não acho difícil ver nisso vantagens para a empresa à medida que os recursos assessoriais de sobrevivência para os trabalhadores barateavam custos com a força de trabalho. Marx indicou formatos de exploração sobre o trabalho, semelhantes a este, e os sublinhou historicamente como recessivos (ENGELS, 1988). De lá para cá tal leitura informou um olhar que ressaltou mais a relação de dominação (cujas evidências são numerosas) e menos as perspectivas dos trabalhadores. E acredito que conhecer as relações de dominação (como relações de exploração) é tão importante que o olhar dos trabalhadores não pode ficar de fora. Examinar este último ponto não implica desconsiderar a relação de dominação do capital sobre o trabalho (e sobre os trabalhadores), senão investigar a participação dos trabalhadores nesse processo histórico organizado e dominado pelo capital.

Com essa intenção podemos interpretar essas pequenas intromissões na imagem preparada pelo frigorífico como um traço importante da consolidação dos trabalhadores naquele lugar. Entre 1969 e 1979, quando o modesto núcleo de casas avolumou-se para

uma vila operária, a permanência das famílias de trabalhadores foi modulada pelas condições de trabalho, pelos salários e pelo cotidiano na vila. A rotatividade não foi incomum, mas o fato de a vila ter se tornado um lar para muitas famílias pode ser interpretado *também* como uma evidência da fixação dos trabalhadores e um sinal da resistência operária, num contexto específico de clara dominação patronal, contra condições de trabalho consideradas ruins ou difíceis de tolerar. Vejamos a procedência histórica desses pontos.

A reunião de trabalhadores migrantes de diferentes localidades numa cidade, cuja ascendência étnica predominante era germânica, tornou-se alvo de discriminação. Este fato trouxe desconfortos e desacertos para a consolidação do frigorífico à medida que os trabalhadores traduziam tal discriminação como um forte motivo para debandar dali. Quem primeiramente registrou isso foi uma memorialista da cidade, citando genericamente todos os migrantes que falavam “outras línguas” diferentes do “alemão” como protagonistas do desassossego da cidade: “[...] porque não existem mais amizades por causa da chegada das pessoas de outras línguas” (SAATKAMP, 1984: 53).

O sentimento da memorialista era partilhado entre seus pares. Não à toa trabalhadores do frigorífico, quando entrevistados no tempo presente, ressaltaram as distâncias geográfica e cultural entre a vila o núcleo urbano, geralmente articulando tal sentimento com frases emblemáticas e ainda situado em perspectiva temporalmente recente: “os alemão não aceitava nós”; “... eles falava outra língua”; eles não conversava com nós”. Projetada a partir dessas características, a vila desenvolveu-se desgarrada da cidade. As idas dos trabalhadores à cidade eram esporádicas e visavam o abastecimento das despensas domésticas, a prática religiosa e o lazer masculino dos solteiros. Fora a fé e o comércio, havia pouquíssimas interações dos moradores da vila com os moradores da cidade, ao menos nos primeiros anos de funcionamento do frigorífico. Aqueles considerados estrangeiros que moravam na cidade não tinham melhor sorte no tratamento recebido, embora estivessem reclusos numa vila.

Esta é uma questão importante que teve impacto na organização social da vila. A identidade étnica germânica, demasiadamente aguçada como motivo de orgulho, era expressão de discriminação e ressentimento relativamente àqueles que não pertenciam à sua comunidade. A explicação para isso é simples, mas convincente. Aqueles que formaram

Marechal Cândido Rondon vieram do extremo sul do país. Antes disso, deixaram regiões da Alemanha, principalmente, porque os desarranjos econômicos internos dificultaram sua presença na condição de pequenos proprietários e artesãos independentes. A maior parte desse deslocamento se concentrou entre 1871 (mudança nas relações de trabalho e formação do Estado Alemão) e 1930 (crise econômica e ascensão do Nazismo). A partir dos anos 40, uma parcela relevante dos descendentes radicados no país migraram novamente. Muitos deles foram para o Oeste paranaense. A razão disso foi um processo de empobrecimento vivido por eles, materializado, de modo específico, na impossibilidade de manter os filhos como pequenos proprietários. Não tinham economias suficientes para adquirir novas terras nem dividir as que tinham entre os filhos. Em suma, tudo isso foi temperado gradualmente por uma estranha sensação de ressentimento relativamente a Alemanha e ao Brasil. A primeira foi, de alguma forma, responsável por desalojar aproximadamente 200 mil alemães que se destinaram ao Brasil no período de 1872 a 1930 (MAUCH; VASCONCELOS, 1994: 165). Quanto ao Brasil, os alemães tentaram reconstruir culturalmente seu lar. Para os camponeses isto significou encerrar todos em pequenas comunidades estruturadas em fortes convicções herdadas e reforçadas de geração para geração. Abandono e ressentimento. A experiência dos descendentes germânicos sediados em Marechal Cândido Rondon decorreu dessa relação com o passado. A discriminação e o racismo também (FERRO, 2009).

Nesse ambiente hostil a vila tornou-se uma reserva de segurança social e cultural para os trabalhadores. Ali, seus valores não eram colocados sob suspeição ou desqualificados. Isto nos leva a pensar a vila noutras dimensões distintas da econômica. Ainda que fosse verdadeiro, que as vilas operárias tivessem sido construídas para baratear o custo de força de trabalho e possibilitar ao capital o controle sobre seu espaço de reprodução (ENGELS, 1976; BLAY, 1985; DECCA, 1987), elas devem ser pensadas também como lugares marcados pela memória, pela experiência, pela afetividade, pois são expressões da condição operária e da luta de classe.

As casas edificadas pelo frigorífico eram habitações planejadas para acomodar trabalhadores com o objetivo de vinculá-los à empresa e aos interesses de uma exploração elástica do trabalho. Isto apareceu tangencialmente em muitas entrevistas de trabalhadores quando falavam sobre a exiguidade de braços para o trabalho com porcos.

Mas não há segredos nisto, conforme já indicaram outros estudos aqui citados que se debruçaram sobre o tema. Para o capital uma casa é uma mercadoria. O que lhe interessa é seu valor de troca e seu valor de uso. O primeiro deve existir para fazer da casa um objeto intercambiável no mercado. O segundo funciona à medida que alicia trabalhadores, efetivando o uso pretendido pelos proprietários da vila. Ao mesmo tempo obtém-se lucro com o aluguel e com a mobilização da força de trabalho pretendida. Em resumo, para o capital as casas da vila operária nunca foram cogitadas como abrigo das noites frias ou tampouco como parte importante da vida dos trabalhadores.

Diferentemente desta perspectiva, para os trabalhadores, a casa onde se morava, mesmo que alugada ou cedida, representava proteção, acolhimento, o lugar da família onde cresceram os filhos, onde as tristezas e as conquistas foram vividas e revividas, o lugar para onde as recordações sempre retornavam. Para os trabalhadores, a virtuosidade da casa também é contada em termos culturais e afetivos (STALLYBRASS, 2012). Este foi o caso daquela vila de meia centena de casas. Cabe explorar agora como a autoridade (incluída a fabril) pode se basear em relações pessoais de dependência.

No caso da vila operária da Frirondon, a autoridade de quem geria o frigorífico tentou organizar a vida e o trabalho naquele lugar. Isto tem paralelo com outros experimentos de entrosar lar e ofício a bem da produtividade, mas não encontra completo reflexo nos casos clássicos em que a vila está separada da cidade, política, social e culturalmente.

Assim, podemos tomar o paternalismo como ponto de partida para reconhecer e avaliar a relação entre os trabalhadores e a chefia do frigorífico. Primeiramente é preciso considerar que nem sempre a autoridade fabril fazia-se visível e nítida. Os donos e os contratados para lidar com os trabalhadores, não raras vezes, entrosavam-se no trabalho de modo que a distinção entre assalariados e proprietários tornava-se embaçada. Era o caso, por exemplo, de um dos donos, que se improvisava de motorista. Desse modo, não era difícil que os trabalhadores enxergassem nesta relação algum tipo de identidade com os gerentes, tratando-se com reciprocidade dentro de uma faixa de sociabilidade marcada por atividades de lazer, como baralho e futebol.

Trafegar nesta faixa implicava afrouxar algumas das distâncias entre as classes e identificar vantagens – desiguais – aos donos e aos trabalhadores. Aos primeiros tornava-se

possível aumentar a exploração sobre o trabalho sem a devida compensação salarial, apenas invocando a confiança conseguida no batente e nas horas partilhadas de descontração. Aos segundos era conveniente pedir e conseguir adiantamentos e socorros urgentes, como levar alguém da família ao hospital conduzido por algum carro do frigorífico. Mas as trocas terminavam neste nível de intimidade. Do lado dos trabalhadores, quando a intersecção demandada era negada devido ao seu porte, a confiança se traduzia em desilusão. Nesse caso, o patrão era visto como despótico pela maioria, mas nem por isso os trabalhadores deixavam de requestrar o paternalismo para coisas menores.

De qualquer modo, num plano mais genérico que extrapolava a vila, a essência do paternalismo era feita de um pacto em torno de uma relação desigual entre trabalhadores e patrões, embora nem sempre se percebesse isso. Nada podia ser dito inteiramente. Este tipo de franqueza fraturava o paternalismo. Expor visceralmente o antagonismo econômico e social dos sujeitos embaraçados no paternalismo tornava impraticáveis seus pequenos ritos cotidianos que sugeriam a ideia de harmonia.

Outro aspecto igualmente importante diz respeito a quem requisitava ou propunha a relação paternalista. Na vila não encontrei evidências de que os trabalhadores tenham feito isso. A iniciativa foi de donos e gerentes do frigorífico que buscavam desenvolver este tipo de regime de produção. A primeira gestão, de 1963 a 1970, orientou-se assim. A segunda gestão, de 1970 a 1979, a Frimesa/Ruaro preservou o mesmo regime, lembrando que somente depois de 1969 o Frirondon pode ser considerado frigorífico a partir da chegada das máquinas. Antes disso, Frirondon se assemelhava mais a um grande açougue. A partir da gerência da Swift-Armour, o sistema tornou-se mais burocrático do que pessoal. Embora as gestões anteriores à Swift-Armour tenham estruturado as relações de trabalho no paternalismo, os primeiros trabalhadores não desconheciam esse regime de produção. Muitos já haviam experimentado o paternalismo em frigoríficos do extremo sul no país, noutros tipos de indústria, ou ainda no trabalho no campo, sob a autoridade do pai, onde os filhos geralmente eram vistos menos como herdeiros e mais como mão-de-obra.

O recrutamento de trabalhadores para ocupar as casas obedecia à lógica que tentava identificar aqueles trabalhadores mais diligentes, disciplinados e dedicados ao trabalho. O fato de não haver casas em número suficiente para todos funcionava como um mecanismo eficiente na mobilização dos demais trabalhadores que os levava a ingressarem numa longa

fila à espera de alguma vacância. Como o frigorífico não cobrava alugueis pelas casas, comportar-se com retidão para manter ou conseguir uma casa parecia bom negócio. Há ainda outros elementos relevantes, considerados clássicos na historiografia, tais como a proximidade entre a vila e o frigorífico, que permitia alcançar os trabalhadores a qualquer hora, e a gratuidade do aluguel que geralmente era compensada com a prática de salários mais baixos.

Ocupar uma casa na vila conferia algum status em relação aos próprios trabalhadores. Representava ser reconhecido pelo patrão nos marcos do paternalismo. Numa perspectiva mais pragmática, envolvia alguma economia do salário. Por essas razões, quem habitava uma casa do frigorífico lutava para não ser ejetado do sistema. Do lado de fora, aqueles que queriam participar desse grupo pressionavam para entrar. Pensada na ótica dos patrões, era desse modo que a vila podia aumentar a produtividade dos trabalhadores. Mas é importante ressaltar que o paternalismo, encarado como regime de trabalho, precedeu em muitas décadas o caso do Frirondon. Os primeiros frigoríficos do final do século XIX empreenderam uma política voltada para a produção que alternava o despotismo fabril e o paternalismo. Além disso, o paternalismo no processo produtivo não foi uma criação dos frigoríficos, mas uma imitação de experiências realizadas em fábricas têxteis desde o início do século XIX (CRAWFORD, 1995).

Esperamos ter esclarecido a importância econômica das casas para patrões e empregados, ou pelo menos os aspectos relativamente visíveis dessa relação ambivalente. Numa linguagem mais conceitual, pode-se dizer que os donos do frigorífico usavam as casas para garantir e aumentar (se possível) a extração de mais-valia, enquanto os trabalhadores se desdobravam para sobreviver. A medição das vantagens nesse contexto é praticamente inútil porque os patrões, mesmo quando perdiam alguma coisa, não deixavam a dianteira nesta relação. Mas a conta se torna outra caso nossa aferição considere valores afetivos mais do que valores econômicos.

O reformador e escritor escocês Archibald Cronin descobriu isso e expôs em “A Cidadela”, de 1937 (CRONIN, 2012). Na pequena aldeia no País de Gales, onde o protagonista iniciara sua carreira de médico, seus pacientes eram mineiros que habitavam casas numa vila operária. Archibald viu um mundo escuro, sem cores, sujo, de pequenas e atarracadas casas, onde a vida parecia triste e desprezível. Esta visão inicial cede à medida

que a vila é mostrada cheia de gente, de relações de vizinhança, de pequenos eventos que enfraquecem a importância da feiúra das casas e da sujeira das ruas. Olhando essas casas por dentro, a narrativa de Cronin indica detalhes significantes na limpeza dos poucos móveis, do chão, das janelas, de pequenos quadros e réplicas pendurados nas paredes. Essas características tingem e modificam a casa. É uma lista de objetos aparentemente sem valor, mas que ressalta a presença e a memória de cada morador. Nesta chave analítica o importante não é a casa, mas quem mora nela. Vale dizer que esta inversão torna a compreensão da vila mais interessante.

De volta à vila do frigorífico, muitas conversas iniciadas com ex-moradores se mostraram frustrantes. As respostas desanimavam uma exploração mais profunda sobre o tema: “Tinha uma vila com umas sessenta casas. Hoje não tem mais nada, só mato.”

Seguir adiante neste assunto custou alguma teimosia, na maioria das vezes sem sucesso. Sondava e sondava a respeito da vida na vila. Falavam sobre o que faziam como diversão. Eu tentava contornar esse tipo de recordação e voltava à carga. Suas narrativas resistiam em parar nalgum ponto durante muito tempo e explorá-lo demoradamente. Poucos se dispuseram voluntariamente a fazer isso. No geral, preferiam articular suas falas cronologicamente e de forma contínua, sem escalas para aprofundamentos. Finalmente começaram a falar mais engajadamente a respeito de suas vidas, fato que não se devia necessariamente à insistência das perguntas. Isso aconteceu quando a casa se tornou o centro das reflexões. Mas a casa que ainda aparecia nas narrativas era a do valor de troca: “Lá na vila, não pagava água, luz, nada! No tempo da Swift [e Frimesa/Ruara] né? Depois a CEVAL veio, e falou: ‘nós vamos vender as casas baratinho, o preço de uma porta. Mas vocês têm que se virar. Quem tem terreno vai se virando que nós vamos ajudar’”. Esta negociação foi aceita e muitos trabalhadores se transferiram para fora da vila. “Aí a minha casa foi a segunda ou a terceira casa a se mudar. Porque nós tinha o terreno aqui [ao lado da vila] e daí botemo ela [a casa de madeira].”

No sul do país não é incomum casas de madeira serem inteiramente transportadas de uma cidade para outra. São escolhidas porque são mais baratas. Por isso, também, estampam o estigma da pobreza. Mas João, que foi o segundo ou terceiro a se mudar, não pareceu se preocupar com isso. Afinal, considerava uma vitória a compra de um lote e a aquisição da casa, depois de morar quase dez anos na Vila. Não vamos contrariá-lo.

Trabalhadores como ele, cuja renda não excedia dois salários mínimos, moravam “de favor” ou pagavam aluguel em casebres e cortiços. A nova situação era percebida como melhora.

Esse entrevistado, João, expressou um sentimento comum entre muitos trabalhadores que lá moravam. Embora ele se sentisse dividido entre o tempo em que não se pagava água, luz e aluguel, e o tempo em que comprou “sua” casa pelo “preço de uma porta”, a solução de continuidade dada à sua narrativa começou por enfatizar a casa como lugar de morar, uma referência que sustenta parte importante da trajetória de sua vida. Ficava evidente que a partir daquele ponto ele falaria sobre a vila de uma perspectiva mais pessoal.

Os outros trabalhadores endossavam a perspectiva de João. Isaías, igualmente a João, veio para o Paraná no início dos anos 70. Ingressou no frigorífico em 1974 e conseguiu uma casa, um ano depois, ajudado pela experiência anterior no trabalho com carne. Duas entrevistas com ele, realizadas em datas diferentes e espaçadas, possibilitaram conhecer a mesma história sobre a compra das casas do frigorífico:

“(...) cada um comprou um lote [dentro de um terreno que o frigorífico negociou com a prefeitura]. Eles revenderam as casa lá barato, só que daí nós tinha que se virar”, explicou. “Tirar de lá [a casa], ponhar luz, tudo aqui era por nossa conta! E... eles [frigorífico] tem uma grande parte por nós tá aqui, porque o povo tem medo de perder o emprego né? Quem não se mudava ou não saía da vila, ia ganhar as contas né?”

A pressão feita pelo frigorífico para que os trabalhadores esvaziassem a vila aparenta ter sido esquecida por Isaías. Olhada do tempo presente é também um evento importante da história que liga esses trabalhadores ao frigorífico que se desenrola a partir dos anos 80 e por isso não terá lugar aqui (SEIBERT, 2008). Por outro lado, a expulsão dos empregados marcou o fim do paternalismo. A compreensão de muitos trabalhadores foi exatamente esta, mas não porque o frigorífico impusesse tal solução. João e Isaías falaram disso mostrando que as obrigações pertencentes ao frigorífico, chamado de “eles”, foram repassadas aos trabalhadores, denominados de “nós”. Desmontado o paternalismo, “(...) nós tinha que se virar, (...) tudo era por nossa conta.”

Deste ponto podemos, retrospectivamente, examinar outros, inclusive para entender a medida dessa relação paternalista. A vila seria o melhor e mais poderoso argumento para envolver os trabalhadores num compromisso pessoal com o frigorífico. E isso foi

exercitado sistematicamente pelos superiores, sem a necessidade de verbalizar a relação de dependência. O favor prestado que conseguia a deferência dos moradores estava fortemente simbolizado nas casas e na vila, fato que alimentou uma memória da dominação. Ao mesmo tempo, os trabalhadores construíam outro canal por onde trafegavam experiências estruturantes de uma zona com alguma autonomia para si mesmos. E a vila era esse espaço.

O paternalismo também expressava sua organização de atividades do lazer dos moradores, principalmente truco e futebol. Francisco, morador da vila desde o início dos anos 70, disse que a gerência do frigorífico realizava torneios de truco e de futebol nos finais de semana e incentivava a participação de todos. Esta iniciativa mesclava os trabalhadores da direção com aqueles do chão da fábrica. A mesma coisa acontecia na formação dos primeiros times de futebol. É claro que no universo de 250 funcionários havia poucos chefes, mas a relevância dos torneios de truco e de futebol, organizados pela gerência, estava em embaralhar comandantes e comandados. Como resultado esperava-se que durante os finais de semana as hierarquias vividas cotidianamente no frigorífico fossem temporariamente suspensas ou relaxadas, o que podia, na visão de Francisco, distensionar conflitos na linha de produção. Havia ainda, por parte da gerência, a expectativa de que o lazer controlado pudesse renovar os ânimos para o trabalho.

O fato é que os trabalhadores não rejeitaram esta intromissão da gerência, o que não significa que eles a recepcionaram sem críticas. Francisco, igualmente a outros trabalhadores, desconfiava das intenções da empresa quando organizava esses torneios e, principalmente, quando planejava e realizava pequenas festas para comemorar os aniversários dos trabalhadores. Os entrevistados indicaram que todos sabiam que aquele tipo de recreação modelada pela gerência implicava pequenos compromissos com o funcionamento da linha de produção. Em linguagem vigorosa, a diversão nos finais de semana devia ser compensada com o aumento da mais-valia. Eram metas miúdas, referidas à linha de produção, estabelecidas à revelia dos trabalhadores, impostas como pedidos informais dos chefes e geralmente cumpridas. Neste regime de produção de tipo paternalista a empresa tentava negociar a produtividade do trabalho a partir da cessão das casas, de pequenos favores e de um repertório de entretenimento nos finais de semana. Dito numa linguagem teórica uma parte nanica da mais-valia era (e continua sendo) formada de

pequenos favores arrancados na linha de produção. Tal mais-valia era extraída de um cantinho do enorme campo de forças onde lutam as classes.

4. A Vila Operária: Racismo

Tenho material suficiente para acreditar que a vila representou segurança para as famílias e para as crianças que lá cresceram. Se nos primeiros anos a vila recebeu o nome de República, porque era habitada somente por homens solteiros, o aumento de casas e a chegada de famílias dissolveram esta característica. A presença das chefias forçava algum controle sobre comportamentos destemperados. Mas pode-se considerar que os moradores da vila, via de regra, também buscaram regular o convívio social pressionando práticas de má fama.

Havia duas razões para isto. Quando o número de famílias predominou na vila a ordem social entre os moradores se tornou pouco tolerante. A maioria dos moradores se organizava socialmente de modo frugal, com pouco ou nenhuma tolerância com excessos. Faziam e participavam de festas, bailes e outras atividades, mas, segundo eles próprios, nada daquilo interferia no trabalho ou se tornava “um carnaval”. O segundo motivo mirava o núcleo urbano de Marechal Cândido Rondon, compreendido como “o centro” ou “a cidade”. De lá se erguia, conforme já dissemos, um estigma que se prolongaria sobre todos os bairros que reunissem “pessoas de outras línguas” diferentes do alemão (SAATKAMP, 1984, p.53). Os moradores da vila não queriam passar a mensagem errada.

De fato, o caso é que a vila não fazia parte da cidade. Como já mencionamos, ia-se a cidade para atividades esporádicas. Ia-se à Igreja, ao bordel, às casas de secos e molhados. Mas nenhuma dessas atividades criou laços de comunidade ou conexões com alguma profundidade entre os moradores da vila e da cidade.

Fátima chegou ao frigorífico ainda criança. Veio com a família, no começo dos anos 70. Ela contou que se ia à cidade não mais que uma vez por ano, para comprar roupas e outras coisas que não se conseguia no frigorífico. Na verdade as idas a cidade eram mais numerosas do que supõe a memória de Fátima sobre sua própria infância. Ia-se lá não menos que duas vezes por mês, principalmente a fim de comprar comida. Mesmo assim as pequenas viagens eram poucas. O aparente erro da memória de Fátima deve-se a

importância que deu à visita que a família fazia na época do natal para comprar roupas e alguns brinquedos. Obviamente isso acontecia quando o orçamento permitia. Aquela visita anual podia ser considerada um evento para uma criança.

Mensurada em quilômetros a distância entre a vila e o núcleo urbano não era longa. Três mil metros, talvez um pouco mais, os separavam. Mas a percepção dos trabalhadores discordava do significado dessa medição.

Havia uma pequena barreira natural entre a vila e a cidade. Embora modesta, ela dificultava o trajeto a pé ou de bicicleta. Um riacho e um brejo que cruzavam a Avenida Rio Grande do Sul ganhavam extensão e profundidade quando chovia, tornando a travessia uma aventura ainda mais inglória. A depressão por onde o riacho escorria (atualmente aterrada) formava um acidente geográfico de difícil ultrapassagem. Quando a estiagem ganhava da chuva o problema era a poeira que tornava tudo insuportável. Mas somado à distância, este obstáculo perdia importância se comparado ao tratamento discricionário que os trabalhadores recebiam. Mesmo a memória que Fátima construiu sobre sua infância elegeu este ponto como inesquecível. Ela disse que sua “(...) mãe, naquela época [1970], dizia que tinha rejeição. Aqui o povo é bastante alemão né? Agora já não tem mais essa diferença, mas aquela época, os alemão era racista.”

O riacho e o brejo, virados em atoleiro a maior parte do tempo, foram aterrados, e a nascente foi aproveitada para a formação de um lago tempos depois. A engenharia domesticou aquela “imperfeição” da natureza. A outra barreira era cultural, mais difícil de ser desmontada. Nos anos 70 um bairro popular, ainda mais afastado do núcleo urbano, fora apelidado de “planeta dos macacos”, uma referência preconceituosa contra a cor da pele dos habitantes. Este tipo de experiência marcou os moradores da vila profundamente (exceto, talvez, os trabalhadores de sobrenome germânico e de cor considerada adequada). Mas não conseguimos chegar até este ponto e conhecer suas fissuras e divergências internas.

Pertencer à vila na década de 1970 certamente mudava a perspectiva para os trabalhadores. Nunca foram sinceramente aceitos na cidade. Como consumidores eram atendidos, recebiam alguma atenção dos comerciantes, mas a quase polidez cessava com a compra. Este era o limite máximo da tolerância, uma prática de exclusão por racismo. Era essa a sombra lançada pela cidade sobre a vila. Esta relação fazia prosperar um sentimento

de comunidade entre os que encontravam condições para permanecer ali, arquitetando sociabilidades dentro da vila, uma forma de se defenderem contra a cidade e o paternalismo do frigorífico.

Ressalto novamente. O racismo que atirava na direção dos trabalhadores era um componente da cultura nacional herdada dos primeiros germânicos desembarcados no Brasil, mas integrava também a experiência vivida no país como migrantes. Eles foram despachados da Alemanha, na condição de força de trabalho excedente, e novamente saídos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, como retirantes de um processo de empobrecimento vivido em minifúndios. Esta dupla rejeição nos ajuda a entender o racismo também como decorrente de uma pesada carga de ressentimento (FERRO, 2012). A superioridade imaginada por este grupo étnico era um sentimento pouquíssimo escorado em domínios reais como a ciência, a literatura, a arte etc. Estava mais assentada em crenças e valores (preservados devido ao relativo isolamento) do que em evidências objetivas. Isso os tornava progressivamente encerrados em si mesmos e receosos de qualquer contaminação que ameaçasse a sua permanência como grupo e sua suposta superioridade.

Os moradores da vila viveram esse racismo, embora desconhecessem ou não entendessem inteiramente suas razões. Para eles tanto fazia o motivo do racismo. Mais importante era como eles o percebiam. E foi dessa relação tensa que se ergueu contra eles um estigma coletivo. Não dizia respeito a uma imperfeição individual, incrustada no corpo e imediatamente legível. A falha nos traços do rosto (um nariz grande ou a falta dele) ou na anatomia humana, geralmente é tratada com segregação. Uma escola para surdos e mudos, um grupo de terapia para pessoas desfiguradas, uma associação para alcoólicos anônimos, tudo isso expressa experiências comuns de desgraças pessoais (GOFFMAN, 1998). Mas tais marcas, visíveis ou ocultas, não operam solitariamente. Precisam ser manejadas culturalmente, assim como uma pessoa estigmatizada é ritualmente poluída. Ser comparado a um macaco exemplifica este processo.

Em seu conjunto, os entrevistados revelaram carregar uma cicatriz coletiva. Alguns deram pouca importância ao racismo para, em seguida, avaliarem que no passado era pior. Outros o destacaram sem rodeios, e houve quem tentou disfarçar sua existência. Mas de modo geral todos os entrevistados falaram sobre o assunto como se fosse uma experiência

vivida coletivamente, até mesmo aqueles que tiveram sua memória filtrada e organizada pela dos pais.

O fato a ser ressaltado é que esta narrativa indicou a importância da vila (e não apenas das casas) na vida das pessoas. Pressionados e estigmatizados, os moradores tenderam a voltar-se cada vez mais para a vila, produzindo lá quase que completamente toda sua sociabilidade. E à medida que formatavam aquele lugar o faziam para se defenderem do racismo e da autoridade paternalista da gerência do frigorífico. Este é o último ponto a ser discutido em detalhes.

Relativamente ao frigorífico, a sociabilidade dos trabalhadores não confrontou direta e frontalmente o paternalismo, mas assumiu-se crescentemente como alternativa a ele. O que os trabalhadores fizeram, mesmo sem ter verbalizado claramente a intenção, correspondeu a discretas medições topográficas para o alicerce de uma zona de autonomia. Esperava-se que lá poderiam se expressar com segurança razoável.

Para parte dos moradores a imagem mais forte, complexa e consensual da vila, buscava traduzi-la como uma família. Tal retrato não era exatamente uma alegoria, senão um sentimento que muitos lhe conferiam com grande materialidade. Vejamos o que uma entrevistada disse sobre isso: “Nós não tinha vizinho, nós tinha uma família. Era cinquenta e uma casa. A d. Rosa, uma senhora que morava aqui, ela era a mãe dos filhos [de todos]. Todo mundo ia trabalhar, ela que coordenava. Se ela resolvesse, pegava uma cinta ou uma vara e passava em alguém”. Uma pequena pausa e continua: “Porque desrespeitou, apanhava da d. Rosa. Porque ela andava na vila. Ela tava sempre ali. Ela é quem dominava a meninada. Era uma união tão bonita”.

Esta composição da memória de Madalena é tão lírica quanto complexa. Além da menção à família, o que mais interessa é a autoridade atribuída coletivamente à d. Rosa para disciplinar a meninada, todos eles filhos de trabalhadores. Era uma autoridade funcional, que auditava o comportamento infanto-juvenil e punia se necessário. Era também uma autoridade simbólica, associada à ideia de um parentesco extenso, ordenado pela imagem materna. Enquanto todos trabalhavam d. Rosa mantinha o lar em ordem. Naquele espaço o patrão não deveria entrar ou interferir.

A conclusão do raciocínio de Madalena conduz a uma idealização que nos é útil para pensar como eram tênues os limites e as barreiras que separavam o cotidiano e a

privacidade de cada família. Como num cortiço, onde se vive colado um no outro, poucos são os segredos. Tornam-se públicos e alvo de futricas, rápida e costumeiramente. Embora sejam dimensões sensíveis das vidas daquelas famílias, o mundo contado por Madalena chama a atenção para uma zona de autonomia definida pelos trabalhadores onde poderiam se proteger socialmente.

Naquele mundo, acessado por meio das memórias de Madalena e de seus pares, encontramos sinais legíveis de uma cultura de classe construída sob as pressões do paternalismo e do racismo. Não se tratou de uma cultura radical, alinhada ideologicamente ao amplo espectro da esquerda. Foi bem menos do que isso, mas o suficiente para que os trabalhadores suportassem – rejeitando ou neutralizando – os estigmas e o controle impingidos sobre eles.

As atividades que animavam a vila, principalmente nos finais de semanas e feriados, eram comuns à região. Carteados, bailes e futebol. Os entrevistados foram sondados se havia atividades religiosas na vila organizadas pela igreja católica ou pela luterana. Disseram que não. O contato com a igreja era pontual: batismo, crisma, casamento e confissões em menor escala. Também foram perguntados a respeito do jogo de bocha, que conta com certo prestígio e difusão no Oeste do Paraná, e que era bastante praticado pelos moradores da cidade e interior. Disseram que não jogavam, embora alguns mencionassem seu apreço pelo jogo. Este ponto nos chamou a atenção, principalmente porque alguns deles mencionaram a existência de uma cancha de bocha nas imediações da vila. Mais tarde, quando retomamos esse assunto, a referência a bocha apareceu ligeiramente carregada de desdém, como uma prática reservada ao “outro”. Até conseguir interpretar isso como um tipo de reação retardada contra o racismo levou algum tempo tropeçando e esbarrando em suas próprias reticências. Não queriam abordar aquele assunto diretamente, e só o fizeram sob disfarces e metáforas. Em resumo, no primeiro plano das entrevistas entendia-se que a bocha foi deixada aos “gringos” concomitantemente à escolha pelo futebol, esporte e diversão tomados como verdadeiramente nacionais.

Desse ponto em diante as imagens se tornaram opacas e também mais interessantes. O futebol talvez tenha sido a prática mais visível e simbólica durante os primeiros dez anos do frigorífico e algum tempo depois. Quando os trabalhadores criaram e formalizaram seus times de futebol através da Associação Atlética Frimesa, na metade da década de 1970,

pretendiam receber gratuitamente da empresa uniformes de futebol. Além disso, pensavam em conseguir, também da empresa, o transporte para os jogos noutros municípios. Deram este nome nem tanto pela relação com a empresa, mas devido ao apoio recebido por meio de uniformes e do transporte usados para desafios com outros times da região. Naquela década, a maioria dos trabalhadores tinha entre 20 e 30 anos de idade.

Lucas, um dos entrevistados, insistiu em ressaltar a fama do time e a coleção de vitórias nos pequenos torneios e jogos travados nos finais de semana. Acomodados no caminhão da empresa acostumaram-se a viajar para os municípios vizinhos num perímetro de 100 quilômetros ou mais. As famílias seguiam juntas, às vezes noutro caminhão. E novamente a ideia de família surgia para explicar o sentimento coletivo de viver, agora articulado às ocasiões de jogos disputados. Lucas sintetizou essa percepção: “Ia em peso. A família inteira, e se mexesse com um, era que nem um vespeiro, sabe?”. E continuava: “Eu sei que tava pra nascer minha filha, e ela nasceu em 23 de março. O frigorífico ganhou da Copagril! Aí deu um rolo danado. Eu não podia brigar, mas eu falava: ‘Vai te bater’. E nós ia torcer. Nós torcia mesmo.”

A estrutura formal da narrativa de Lucas ordena, por grau de importância, dois eventos fortemente marcados pela afetividade, e os faz desaguarem no futebol. Tanto a família extensa quanto a nuclear certificavam aquela partida de futebol como uma atividade visceralmente deles, cujo principal sentido acentuava a existência da vila e o sentimento de orgulho que soldava sua sociabilidade e vínculos com o lugar. Era este mesmo sentimento que traçava a linha que os separava dos outros. Um tipo de alteridade, cabe lembrar, construído em atmosfera inóspita e refratária desde os começos da vila, em 1963, quando eram poucos os moradores. A escolha deste acontecimento também ingressa na tentativa de sublinhar a força e a intensidade do “vespeiro”, cuja reação e eficácia dependiam da reunião de todos. Naquele dia, a partida fora jogada contra a Copagril, time de renome nacional do futebol de salão na atualidade. No passado, o time do frigorífico havia derrotado o time da cidade, vitória igualmente desportiva e simbólica.

A partir desse ponto, todo o material de pesquisa se mostrou turvo, difícil de interpretar, episódios aparentemente sem importância histórica explicitavam a preferência dos entrevistados. Tratava-se de breves casos sobre o futebol jogado pelo time da vila. Todos eles citavam a participação dos moradores naqueles eventos. Mas aquilo era pouco

ou nada tangível para a análise histórica. Essa quase obsessão em narrar os sucessos do time, sublinhava também a interação das famílias durante os diversos jogos. Acima de tudo, as historietas registradas nas entrevistas reforçaram um padrão de absoluta alegria, satisfação. Havia convicção naquilo que eles contavam. Mas parecia uma narrativa muda. Não havia qualquer imperfeição (pequena que fosse) nos argumentos, na imaginação de cada um deles. Então, ocorreu-me a hipótese de que aqueles relatos eufóricos pudessem funcionar como antessala para eventos quase neutralizados pela força da memória.

Os fragmentos escolhidos e organizados por Lucas ainda guardam conexões subliminares e biográficas com o passado que aceitam interpretação, e que tentarei fazer com extremo cuidado. A associação entre o nascimento da filha e a vitória de seu time sobre a Copagril não é uma coincidência de datas. A datação incompleta reforça esta evidência porque não se tratava de tomar a data de nascimento da filha como referência para lembrar a partida de futebol. Lucas não copiou o padrão da memória feminina, de coligar eventos históricos a agenda de nascimentos, casamentos, mortes etc. De outro modo, a linearidade da narrativa foi, inclusive, invertida, permitindo que se pensasse no nascimento de sua filha antes daquela partida. Junto a isso, os dois eventos são valorizados em igual escala, operação feita para valorizar a vitória simbólica dos moradores da vila, e esta era a questão posta por Lucas.

Provavelmente, Lucas não refletira ainda sobre isso, mas nas entrevistas manejava argumentos afetivo a fim de ressaltar uma espécie de vingança dos moradores da vila contra o racismo. Como explicar isso? O fato de o time de futsal da cidade ter perdido a disputa do título da liga nacional naquele ano de 2014 deixou os ex-moradores da vila entusiasmados. Noutra frequência do tempo, eles recordavam e conectavam uma vitória que tiveram no passado contra o time da cidade, aliás, o mesmo time que havia perdido a liga nacional naquele ano. Tratava-se de um revide simbólico contra o racismo sofrido três décadas atrás.

De tudo que foi dito, considero que a experiência de viver na vila (e obviamente o trabalho no frigorífico integra essa experiência) foi traduzida numa forma de organização coletiva cujos desdobramentos, como o futebol, expressavam contra-ataques e vinganças simbólicas. Mas estando certo este entendimento, cabe ainda adicionar um último fragmento de entrevista para análise. Trata-se de Daniel, na ocasião em que respondeu a questões feitas sobre lazer. Sua referência a organização do futebol em relação à vila,

recuou aos primeiros encontros realizados para “bater bola”: “Nós gostava de bater bola ali no meio de um potreiro [pasto de aluguel]. Depois era lá em baixo, na cancha de bocha. Tinha um lote lá, vazio. Nós matamos a grama lá.” Continua ele: “Iam construir, nós viemos aqui pra baixo. Arrumaram um campo aqui, donde é o colégio [ao lado do frigorífico].”

É preciso dizer inicialmente que a narrativa de Daniel, antes de chegar a este ponto, coincidiu com a leitura de Lucas sobre a superioridade do futebol jogado pelos trabalhadores do frigorífico. A ênfase foi igualmente dada à identidade coletiva dos moradores e ao sentimento de união que eles partilhavam. De maneira geral, sabemos que tal experiência reunia situações e elementos vividos conjuntamente, tais como as condições de trabalho, de moradia e também a própria posição social de desprestígio no contexto da cidade, principalmente durante a década de 1970. Mas, conforme se mostrou costumeiro nas entrevistas, pouco foi dito e explicado objetivamente em relação aos motivos que os unia. Quase tudo o que foi falado a esse respeito foi mediado, subliminarmente mediado e carregado de simbolismos, conjugando de forma elaborada – mas não proposital – passado e presente. Foi assim também que fez Lucas quando utilizou o futebol como alegoria para uma vingança.

No caso de Daniel, a escolha recaiu sobre o jogo predileto na cidade, a bocha, e seus praticantes, os descendentes de alemães. O percurso de sua narrativa citou três lugares onde jogava futebol. Um pasto de aluguel, um lote na cancha de bocha, e outro lote onde hoje é a Escola Municipal Waldomiro Liessen. Desses locais que serviam para “bater bola”, o que foi adornado com mais detalhes ficava colado à cancha de bocha, jogo bastante significativo para aqueles trabalhadores uma vez que fora ligado ao racismo por eles vivido. Organizar o futebol quase dentro da cancha de bocha pode ser considerado um revide, ou no mínimo o início de uma reação imaginária. Dizer que “nós matamos a grama lá”, objetivamente pela intensidade do uso, tem sentidos ambivalentes que se coligam com a cancha de bocha e ao que ela representava para aqueles trabalhadores. Um desses sentidos se refere à prática do futebol propriamente dito. Jogaram tanto que desbastaram a grama. Outro sentido, subliminar, é mais importante. A superioridade do futebol sobre a bocha se explicitava, nessa interpretação, também pela destruição da grama. Invertendo a linearidade da narrativa neste ponto, é possível acessar um significado menos textual, mais metafórico.

Falar que “nós matamos a grama lá”, no lote vazio, “na cancha de bocha”, equivale a dizer que mataram a cancha de bocha ou, na realidade, o que ela representava.

Uma das dimensões mais importantes das memórias dos entrevistados sobre a vila e o frigorífico é essa tentativa de prolongar conflitos não resolvidos como uma solução de continuidade em suas narrativas. No plano político parece ser muito pouco. Não se equipara as greves, manifestações, criação de sindicatos, participação em partidos operários etc., mas não deve ser descartado como um recalque coletivo ou uma alucinação. Digo isso porque esta articulação que alinhavou trabalho e moradia possibilitou – não solitariamente – a sobrevivência desse grupo social durante duas décadas. E depois de seu desmantelamento ainda abasteceu os remanescentes da vila na luta pela moradia, fato que se estendeu até o presente (SEIBERT, 2008).

Nos últimos vinte anos, parte de suas vidas girou em torno da afirmação da vila como seu lugar, e esse é um fato histórico importante que atesta alguma disposição de resistir organizadamente contra a expulsão de um lugar que reivindicavam como seu. Nenhum outro grupo tem tantas memórias ligadas àquele lugar, e há nisso um valor irreparável.

Por fim, embora este evento histórico tenha nítidas especificidades, deve-se vê-lo como parte de uma constante estrutural e funcional do processo de valorização do capital, da extração de mais-valia, pois este é um dos aspectos mais importantes da experiência dos trabalhadores na formação da vila operária da Frirondon sob o fogo cruzado do paternalismo e do racismo.

Considerações Finais

Agrupados os argumentos e as evidências tentarei olhá-los à distância. Na vila, a autoridade paternalista, se não foi desmontada, viu-se obrigada a conviver com os diversos arranjos sociais dos trabalhadores, a exemplo do futebol. De fato, o interesse principal da gerência sempre foi o aumento da produtividade e uma força de trabalho estável, e isso não era consideravelmente afetado pela autonomia desenvolvida pelos trabalhadores na vila. Por outro lado, se o trabalho foi continuamente executado no frigorífico isso não implicou

uma completa adesão dos trabalhadores ou algum tipo de consentimento para que a gerência pudesse interferir em suas vidas.

As relações com a autoridade paternalista e com o racismo apareceram fortemente destacadas pelos entrevistados, embora na maioria das vezes mantiveram-se amarradas em alegorias e conexões simbólicas. Essa linguagem cifrada, que traduz ou disfarça sentimentos importantes, também é uma linha de defesa que dificilmente se entrega. Não é fácil torná-la legível. Nesse caso, busquei levar a interpretação das evidências até o limite da historicidade. Ao mesmo tempo presumimos que a experiência de trabalho de moradia foi vivida conjuntamente pelos trabalhadores. Foi assim que procurei transitar de histórias biográficas para a história da classe.

Deixei alguns pontos de fora do artigo porque não caberiam aqui. A desativação do frigorífico já no começo dos anos 90 repercutiu negativamente em suas vidas. A quarta empresa dona do frigorífico, a CEVAL, afundou nos calcanhares da crise capitalista iniciada com os “tigres asiáticos” e levou consigo os empregados e grande parte dos pagamentos realizados pelos lotes urbanos comprados em terreno negociado entre o frigorífico e a prefeitura (SEIBERT, 2008). Curiosa contradição essa em que a perspectiva da estabilidade trocou de lugar. Também não examinei a relação entre a vila e o trabalho na visão dos trabalhadores, de modo a conhecer se e como a autonomia na organização da vida social na vila interferia dentro do frigorífico, na organização e execução das tarefas.

Sobre os pontos abordados não tenho mais a acrescentar, senão uma observação interessada que produzi durante um passeio pelas ruínas da vila.

O ponto de partida foi a principal avenida da cidade, nos seus primeiros números, onde é possível avistar imediatamente a Escola Municipal Waldomiro Liessen, construída sobre o antigo campo de futebol dos moradores da vila. Ela funciona como escola para filhos de trabalhadores, próxima de quatro bairros pobres e quase defronte ao SESI, frequentado majoritariamente pelos filhos da classe média e de empresários.

Saindo da avenida tomei a rua lateral que dá acesso ao antigo frigorífico, atualmente ocupado pela empresa agroindustrial Sperafico. A área é extensa e a rua se torna uma descida cada vez mais íngreme. À direita vê-se uma fileira de casas com fachadas simples.

Conforme descia a rua, a mata do lado esquerdo ficava mais densa e próxima, formando um grande painel horizontal. Entre a rua e a mata havia quatro casas habitadas.

Julguei que pertenciam a empresa, dona de toda a propriedade. Caminhei um pouco mais e encontrei um portão trancado. Atrás dele avistei as ruínas da vila. Consegui entrar. Havia fileiras de pilares de concreto, gastos e corroídos. Antes, eles serviam para sustentar as casas de madeira. Agora, demarcam a existência da vila como um retrato quase ilegível. Naquele tipo de lugar, feito de restos, a imaginação histórica atua com grande liberdade e ajuda a ouvir o som dos bailinhos, as conversas de fim de tarde, as barulhentas brincadeiras da garotada, a zanga contumaz de d. Rosa. Escutei também a movimentação nervosa dos trabalhadores se preparando para uma partida de futebol, os caminhões estacionados à espera das famílias já prontas para o embarque. Na minha condição, que fui ali espiar, não me demorei muito. Por isso eu comparava rapidamente o que foi possível alinhar neste texto, o que sobrou daquele lugar e os pedaços de vida contados pelos moradores.

Do ponto de vista histórico, de onde observo os vestígios da vila, passaram-se quarenta e cinco anos desde a primeira vez quando se ouviu o apito do frigorífico anunciando a inauguração do maquinário comprado. Tudo indica que o tempo acabará por apagar o que sobrou das casas. Incerto será o desaparecimento da memória daqueles que viveram lá, lidando com o paternalismo e o racismo.

De qualquer modo, cinquenta anos depois de começada a vila, as ruínas ainda carregam consigo uma contradição desde 1963, quando os patrões usaram as casas como recurso para garantir a extração de mais-valia enquanto os trabalhadores as encararam como lugar para morar e viver. Hoje, para o capital, seu único valor continua sendo mercantil, expresso agora no valor de mercado daquele enorme terreno onde havia as casas. Mas para os trabalhadores, sobreviveram valores afetivos alicerçados numa vila acabada em ruínas.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Célia R. A. *Perfil dos Operários do Frigorífico Anglo de Barretos – 1927/1935*. 114f. Dissertação (Dissertação em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

BENCLOWICZ, Carla M. *Prelúdio Modernista: construindo a habitação operária em São Paulo*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação FAU-USP, São Paulo, 1989.

PATERNALISMO E RACISMO: HISTÓRIA DOS TRABALHADORES
DA VILA OPERÁRIA DA FRIRONDON (1963-1979)

BLAY, Eva A. *Eu não tenho onde morar*. Vilas Operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

BONDUKI, Nabil G. Origens da habitação social no Brasil. *Análise Social*, v. 29, n. 127, p. 711-732, 1994.

CARVALHO, R. J. Vida e trabalho dos operários brasileiros na passagem do século XIX para o XX. *Pergaminho*, Patos de Minas, n. 2, p. 95-103, nov. 2011.

CORREIA, Telma de B. De Vila Operária a Cidade-Companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 4, p. 83-98, 2001.

Idem. A cidade-jardim: os conjuntos residenciais de fábricas (Brasil, 1918-1953). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 161-198, 2014.

CRAWFORD, Margaret. “The industrial landscape transformed: 1790-1890”. In: Idem. *Building the workingman’s paradise*. The design of American Company towns. London: Verso, 1995, p. 11-100.

CRONIN, Archibald. *A Cidadaela*. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, 2012.

DECCA, Maria A. G. *A Vila fora das Fábricas: o cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

ENGELS, Friedrich. *El problema de la vivienda*. Madrid: Akal Editor, 1976.

Idem. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. 2a. ed. São Paulo: Global, 1988.

FERRO, Marc. *O ressentimento na história*. Ensaio. Rio de Janeiro: Agir, 2012.

FUWERAKER, Joe. *The struggle for land*. A political economy of the pioneer frontier in Brazil from 1930 to the present day. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

GRANDIN, Greg. *Fordilândia: Ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

GUGLIELMI, Fagner. *Trabalhadores de frigorífico: trabalho, lazer e moradia*. 137 f. Dissertação (Dissertação em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014.

LOPES, J. S. L. *A tecelagem dos conflitos de classe na “Cidade das Chaminés”*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1988.

ANTONIO DE PÁDUA BOSI

MAUCH, Claudia; VASCONCELOS, Naira (org.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. Ulbra, 1994.

SAATKAMP, Venilda. *Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel/PR: Assoeste, 1984.

SEIBERT, Carlos A. *Os moradores do Loteamento Ceval na história de Marechal Cândido Rondon (1991–2007): um estudo de caso sobre a formação do setor urbano-industrial frigorífico e a luta por moradia*. 212 f. Dissertação (Dissertação em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008.

SILVA, Neuza R. J. *Entre os valores do patrão e os da nação, como fica o operário? (O Frigorífico Anglo em Pelotas: 1940-1970)*. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

STALLYBRASS, Peter. *O casaco de Marx*. Roupas, memória, dor. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Data de recebimento: 23/06/2016

Data de aceite: 12/11/2016